ReGeo ISSN: 2177-3246

AMAR, PERTENCER E EXISTIR: A AFETIVIDADE COMO MEDIAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA

TO LOVE, TO BELONG, AND TO EXIST: AFFECTIVITY AS A HISTORICAL-CULTURAL MEDIATION IN THE CONSTRUCTION OF FEMALE SUBJECTIVITY

AMAR, PERTENECER Y EXISTIR: LA AFECTIVIDAD COMO MEDIACIÓN HISTÓRICO-CULTURAL EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA SUBJETIVIDAD FEMENINA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-084

Data de submissão: 11/07/2026 **Data de publicação:** 11/08/2026

Julia Fânzeres Caminha Mutschler
Instituição: Universidade Paulista
E-mail: juliacaminha@gmail.com

Lisienne de Morais Navarro Gonçalves Silva
Doutora
Instituição: Universidade Paulista
E-mail: lisienne.silva@docente.unip.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender como as mediações histórico-culturais participam da construção da subjetividade feminina por meio da afetividade. Parte-se da hipótese de que a afetividade constitui uma mediação fundamental na construção da subjetividade feminina, uma vez que os significados atribuídos ao corpo, às relações familiares, às amizades, ao pertencimento e ao amor são produzidos nas interações sociais, apropriados pelas mulheres e continuamente ressignificados ao longo do desenvolvimento humano. Trata-se de um estudo teórico, de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica, articulando contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Social Crítica e dos Estudos Feministas. bell hooks (2021), Chimamanda Ngozi Adichie (2017), Hélène Cixous (2022), Henri Wallon (1989) Lev S. Vygotsky (2007, 2009), Monica von Koss (2018) e Silvia Lane (2012) compõem o núcleo teórico atribuídos aos resultados da análise que evidenciam que a subjetividade feminina não corresponde a uma condição natural, mas a um processo histórico, relacional e culturalmente mediado, no qual as experiências afetivas participam da produção de sentidos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Assim, compreender a afetividade como mediação histórico-cultural amplia as possibilidades de análise da constituição da subjetividade feminina e contribui para o fortalecimento do diálogo entre a Psicologia e os Estudos Feministas, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e práticas voltadas à promoção da autonomia, do pertencimento e da saúde mental das mulheres.

Palavras-chave: Afetividade. Subjetividade Feminina. Psicologia Histórico-Cultural. Mediação. Relações Afetivas. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This article aims to understand how socio-cultural mediations contribute to the construction of female subjectivity through affectivity. It is based on the hypothesis that affectivity constitutes a fundamental mediation in the construction of female subjectivity, since the meanings attributed to the body, family relationships, friendships, belonging, and love are produced through social interactions, appropriated by women, and continuously re-signified throughout human development. This is a theoretical study

with a qualitative approach, based on bibliographic research, articulating contributions from Cultural-Historical Psychology, Developmental Psychology, Critical Social Psychology, and Feminist Studies. The theoretical framework is grounded in the works of bell hooks (2021), Chimamanda Ngozi Adichie (2017), Hélène Cixous (2022), Henri Wallon (1989), Lev S. Vygotsky (2007, 2009), Monica von Koss (2018), and Silvia Lane (2012). The analysis indicates that female subjectivity does not constitute a natural condition but rather a historically, relationally, and culturally mediated process in which affective experiences contribute to the production of meanings about oneself, others, and the world. Therefore, understanding affectivity as a socio-cultural mediation broadens the possibilities for analyzing the constitution of female subjectivity and strengthens the dialogue between Psychology and Feminist Studies, providing theoretical support for future research and practices aimed at promoting women's autonomy, sense of belonging, and mental health.

Keywords: Affectivity. Female Subjectivity. Cultural-Historical Psychology. Mediation. Affective Relationships. Intersectionality.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo las mediaciones histórico-culturales participan en la construcción de la subjetividad femenina a través de la afectividad. Se parte de la hipótesis de que la afectividad constituye una mediación fundamental en la construcción de la subjetividad femenina, ya que los significados atribuidos al cuerpo, a las relaciones familiares, a las amistades, al sentido de pertenencia y al amor se producen en las interacciones sociales, son apropiados por las mujeres y continuamente resignificados a lo largo del desarrollo humano. Se trata de un estudio teórico, de enfoque cualitativo, fundamentado en investigación bibliográfica, articulando contribuciones de la Psicología Histórico-Cultural, de la Psicología del Desarrollo, de la Psicología Social Crítica y de los Estudios Feministas. bell hooks (2021), Chimamanda Ngozi Adichie (2017), Hélène Cixous (2022), Henri Wallon (1989), Lev S. Vygotsky (2007, 2009), Monica von Koss (2018) y Silvia Lane (2012) componen el núcleo teórico atribuido a los resultados del análisis que evidencian que la subjetividad femenina no corresponde a una condición natural, sino a un proceso histórico, relacional y culturalmente mediado, en el cual las experiencias afectivas participan en la producción de sentidos sobre sí, sobre el otro y sobre el mundo. Así, comprender la afectividad como mediación histórico-cultural amplía las posibilidades de análisis de la constitución de la subjetividad femenina y contribuye al fortalecimiento del diálogo entre la Psicología y los Estudios Feministas, ofreciendo subsidios para futuras investigaciones y prácticas orientadas a la promoción de la autonomía, del sentido de pertenencia y de la salud mental de las mujeres.

Palabras clave: Afectividad. Subjetividad Femenina. Psicología Histórico-Cultural. Mediación. Relaciones Afectivas. Interseccionalidad.

1 INTRODUÇÃO

A existência humana constitui-se, desde o nascimento, na relação com o outro. Nenhum ser humano desenvolve suas funções psicológicas em isolamento; ao contrário, a sobrevivência biológica, o desenvolvimento cognitivo, a constituição emocional e a formação da identidade dependem, inicialmente, da mediação exercida por outros sujeitos. Antes mesmo da aquisição da linguagem, a criança participa de um universo de significados produzidos nas relações de cuidado, proteção, acolhimento e comunicação afetiva, experiências que inauguram sua inserção no mundo social.

Sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano não pode ser compreendido como resultado exclusivo da maturação biológica ou da ação de características individuais. Conforme demonstram Vygotsky (2007, 2009), Wallon (1989) e Lane (2012), os processos psicológicos superiores são produzidos nas relações sociais, apropriados pelos sujeitos e continuamente ressignificados ao longo da vida. Nesse contexto, a afetividade deixa de ser concebida apenas como expressão emocional ou experiência privada para assumir a condição de dimensão constitutiva da atividade humana, participando da produção de sentidos, da organização da personalidade e da construção da subjetividade.

Este estudo defende que a afetividade constitui uma mediação histórico-cultural fundamental da constituição da subjetividade feminina, uma vez que os processos de amar, pertencer e existir são produzidos nas relações sociais, apropriados pelas mulheres e continuamente ressignificados ao longo do desenvolvimento humano.

Essa compreensão torna-se particularmente relevante quando direcionada à análise da subjetividade feminina. Ao longo da história, os significados atribuídos ao corpo, ao cuidado, ao amor, à maternidade, à sexualidade e ao pertencimento foram socialmente produzidos e culturalmente compartilhados, influenciando diferentes formas de as mulheres compreenderem a si mesmas e suas relações com o mundo. Longe de constituírem características naturais ou biologicamente determinadas, essas experiências são mediadas por práticas sociais, discursos culturais e relações de poder que atravessam os diferentes contextos de desenvolvimento.

Nessa direção, os Estudos Feministas oferecem importantes contribuições ao evidenciar que a experiência feminina não pode ser compreendida à margem das estruturas históricas que organizam as relações de gênero. Simone de Beauvoir (2016), bell hooks (2021), Chimamanda Ngozi Adichie (2017) e Hélène Cixous (2022), entre outras autoras, demonstram que a constituição da identidade feminina resulta de processos contínuos de socialização, negociação, resistência e ressignificação, nos quais os vínculos afetivos ocupam posição central. Amar, cuidar, pertencer e existir não representam apenas

experiências individuais, mas processos historicamente construídos que participam da produção da subjetividade.

Embora exista ampla produção científica sobre desenvolvimento humano, relações de gênero e processos de subjetivação, observa-se que ainda são reduzidos os estudos que analisam a afetividade como uma mediação histórico-cultural da constituição da subjetividade feminina. Grande parte das pesquisas privilegia aspectos emocionais, cognitivos ou sociológicos dessas experiências, dedicando menor atenção aos processos pelos quais os significados acerca do corpo, das relações afetivas, do pertencimento e do cuidado são produzidos nas interações sociais, apropriados pelas mulheres e continuamente ressignificados ao longo de sua trajetória de desenvolvimento.

Essa lacuna torna-se ainda mais relevante diante das transformações sociais contemporâneas, marcadas pela ampliação dos debates sobre gênero, diversidade, saúde mental e direitos humanos. Compreender como os vínculos afetivos participam da constituição da subjetividade feminina amplia as possibilidades de interpretação dos processos de desenvolvimento humano e fortalece o diálogo entre a Psicologia Histórico-Cultural, a Psicologia Social Crítica e os Estudos Feministas, permitindo compreender a afetividade não apenas como experiência emocional, mas como uma categoria analítica capaz de explicar processos de significação, pertencimento e construção da identidade.

Parte-se, portanto, da hipótese de que a afetividade constitui uma mediação histórico-cultural fundamental na construção da subjetividade feminina. Os significados atribuídos ao corpo, ao amor, ao cuidado, à sexualidade, à autonomia e ao pertencimento são produzidos nas relações sociais, apropriados pelas mulheres e continuamente reorganizados ao longo do desenvolvimento humano. Esses processos são historicamente situados e atravessados por marcadores como gênero, classe social, raça, geração e sexualidade, produzindo diferentes formas de viver e compreender a experiência feminina.

Trata-se de um estudo teórico, de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e análise conceitual. A investigação fundamenta-se nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Social Crítica e dos Estudos Feministas, estabelecendo interlocução entre Henri Wallon, Lev S. Vygotsky, Silvia Lane, bell hooks, Chimamanda Ngozi Adichie, Hélène Cixous e Monika von Koss, buscando identificar aproximações, complementaridades e tensões entre esses referenciais na compreensão da afetividade como mediação da constituição da subjetividade feminina.

O objetivo geral consiste em compreender como as mediações histórico-culturais participam da construção da subjetividade feminina por meio da afetividade. Como objetivos específicos, pretende-se analisar a relação com o corpo como primeira experiência de pertencimento; discutir o papel da família,

das amizades e das relações afetivas na produção de significados sobre o feminino; e refletir sobre os processos de apropriação, objetivação e ressignificação desses significados ao longo do desenvolvimento humano.

A análise será conduzida de forma interpretativa, adotando a interseccionalidade como princípio analítico transversal, reconhecendo que as experiências afetivas são produzidas em contextos historicamente marcados por relações de poder e desigualdade. Assim, busca-se compreender como gênero, raça, classe, geração e sexualidade atravessam os processos de significação envolvidos na constituição da subjetividade feminina e influenciam diferentes formas de pertencer, amar e existir.

2 AS PRIMEIRAS MEDIAÇÕES AFETIVAS: FAMÍLIA E INFÂNCIA

A família constitui o primeiro espaço social no qual a criança estabelece vínculos afetivos e inicia sua inserção na cultura. É nesse contexto que se desenvolvem as primeiras experiências de cuidado, proteção, acolhimento e reconhecimento, fundamentais para a constituição da subjetividade. Antes mesmo da aquisição da linguagem, a criança participa de um universo simbólico permeado por gestos, olhares, expressões e práticas cotidianas que lhe permitem construir significados sobre si, sobre o outro e sobre o mundo.

Sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, a família representa o primeiro contexto de apropriação da cultura. É por meio das interações estabelecidas com os adultos e com os demais membros do grupo familiar que a criança internaliza modos de agir, sentir, pensar e interpretar a realidade (VYGOTSKY, 2007). Esses processos não se restringem à aprendizagem de comportamentos socialmente aceitos, mas envolvem a constituição de sentidos que orientarão sua relação consigo mesma e com os outros ao longo do desenvolvimento.

Henri Wallon (1989) amplia essa compreensão ao atribuir à afetividade um papel organizador do desenvolvimento humano. Para o autor, emoção, cognição e socialização constituem dimensões inseparáveis da formação da personalidade. Os vínculos afetivos estabelecidos com os cuidadores possibilitam à criança construir sentimentos de segurança, confiança, pertencimento e reconhecimento, condições indispensáveis para sua inserção na vida social.

Como afirma Wallon (1989, p. 146), "[...] *a coesão de reações, atitudes e sentimentos, que as emoções são capazes de realizar em um grupo, explica o papel que elas devem ter desempenhado nos primeiros tempos das sociedades humanas (...)*".

A contribuição de Wallon dialoga diretamente com Vygotsky ao evidenciar que as emoções não constituem experiências exclusivamente individuais, mas fenômenos produzidos nas relações sociais. A afetividade, portanto, deixa de ser compreendida apenas como manifestação emocional para assumir

a condição de mediação por meio da qual a criança atribui significados às suas experiências e organiza progressivamente sua identidade.

É também no contexto familiar que começam a ser produzidos os primeiros significados relacionados ao corpo, ao cuidado, à expressão dos afetos e aos papéis de gênero. Essas aprendizagens raramente ocorrem por meio de ensinamentos explícitos. Elas são construídas nas práticas cotidianas, nos discursos familiares, nas expectativas dirigidas às crianças e nas inúmeras formas, muitas vezes sutis, pelas quais determinados comportamentos são valorizados, desencorajados ou naturalizados.

Desse modo, meninas e meninos aprendem, desde muito cedo, diferentes formas de compreender o cuidado, a autonomia, a sensibilidade e a expressão emocional. Essas experiências constituem referências importantes para a construção da subjetividade, influenciando a maneira como cada sujeito percebe seu lugar nas relações sociais e interpreta sua própria existência.

Entretanto, tais processos não ocorrem de forma homogênea. Sob a perspectiva da interseccionalidade, compreende-se que as experiências familiares são atravessadas por marcadores como gênero, raça, classe social, geração, religião e território, produzindo diferentes possibilidades de pertencimento e diferentes formas de viver a experiência feminina. Assim, a família não representa apenas o primeiro espaço de convivência, mas um importante contexto de produção, apropriação e ressignificação de significados que acompanharão as mulheres ao longo de sua trajetória de desenvolvimento.

À medida que a criança amplia seus espaços de convivência, novas mediações passam a integrar esse processo de constituição subjetiva. Entre elas, destacam-se as amizades, especialmente aquelas estabelecidas entre mulheres, que se tornam importantes espaços de reconhecimento, elaboração de experiências e fortalecimento do sentimento de pertencimento**.**

3 PERTENCER ENTRE MULHERES: AMIZADES FEMININAS E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Se a família inaugura as primeiras experiências de pertencimento, as amizades representam um novo espaço de elaboração da subjetividade. Ao longo do desenvolvimento, é nas relações estabelecidas com outras mulheres que muitas experiências são compartilhadas, reinterpretadas e ressignificadas. O corpo, as transformações da adolescência, os relacionamentos afetivos, a maternidade, o trabalho, os medos e os projetos de vida passam a ser compreendidos não apenas a partir da experiência individual, mas também do diálogo com outras mulheres que vivenciam desafios semelhantes.

Sob a perspectiva histórico-cultural, essas relações constituem importantes mediações para a produção de sentidos. Ao compartilhar experiências, narrativas e afetos, as mulheres constroem referências que contribuem para interpretar suas próprias trajetórias e elaborar novas formas de compreender a si mesmas. O pertencimento, portanto, não decorre apenas da convivência, mas do reconhecimento mútuo produzido na relação com o outro.

Entretanto, esses vínculos também são atravessados pelos significados produzidos historicamente acerca do feminino. Conforme observa Hélène Cixous (2022), uma das formas mais profundas de dominação consistiu em produzir rivalidades entre mulheres, levando-as a voltar sua potência umas contra as outras. Em *O Riso da Medusa*, a autora afirma que o maior crime cometido contra as mulheres foi induzi-las "*a odiar as mulheres, a serem suas próprias inimigas*". (2002, p. 133)

Essa reflexão permite compreender que rivalidade e sororidade não constituem características naturais das relações femininas, mas expressões de processos históricos e culturais. Em sociedades marcadas pela competição, pela comparação e pela busca constante de validação externa, amizades podem reproduzir relações de disputa e desvalorização do próprio feminino. Contudo, essas mesmas relações também podem constituir espaços de resistência e reconstrução da subjetividade.

Audre Lorde (2019) amplia essa perspectiva ao afirmar que as diferenças entre mulheres não representam obstáculos à construção de vínculos, mas possibilidades de fortalecimento coletivo. Quando fundamentadas na escuta, na reciprocidade e no reconhecimento das singularidades, as amizades favorecem processos de acolhimento, elaboração emocional e construção da autonomia.

Nesse sentido, as amizades femininas podem ser compreendidas como importantes mediações histórico-culturais da subjetividade. Ao serem reconhecidas por outras mulheres, muitas encontram possibilidades de reconstruir narrativas sobre si mesmas, ressignificar experiências de sofrimento e ampliar seu sentimento de pertencimento. O diálogo, a partilha de experiências e o reconhecimento mútuo tornam-se processos psicológicos que favorecem a elaboração de novas formas de existir.

Essa compreensão aproxima-se da proposta de Cixous (2022), ao defender que as mulheres escrevam suas próprias histórias e recuperem a autoria sobre suas experiências. As amizades constituem um dos espaços privilegiados para esse movimento, pois permitem que a palavra circule como possibilidade de elaboração da experiência vivida, deslocando a produção de significado da validação externa para a construção coletiva de novos sentidos.

Assim, se a família representa a primeira mediação da constituição subjetiva, as amizades ampliam as possibilidades de reconhecimento, pertencimento e autonomia. Mais do que relações de convivência, elas constituem experiências afetivas capazes de transformar a forma como as mulheres

interpretam a si mesmas, compreendem suas trajetórias e constroem novos significados sobre o amor, o cuidado e a própria existência.

4 APRENDER A AMAR: MEDIAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES AFETIVAS

A compreensão histórico-cultural da afetividade encontra importante ressonância nas reflexões de bell hooks (2021), para quem o amor não constitui um impulso natural nem uma experiência exclusivamente privada, mas uma prática aprendida nas relações familiares, sociais e culturais. Nessa perspectiva, amar corresponde a um conjunto de atitudes, valores e formas de cuidado construídos historicamente, transmitidos entre gerações e continuamente ressignificados nas experiências de vida. O amor deixa, assim, de ser compreendido como um sentimento espontâneo para ser reconhecido como uma prática ética e relacional.

Essa concepção dialoga com a Psicologia Histórico-Cultural ao reconhecer que os significados atribuídos às relações afetivas são produzidos nas interações sociais. Se, para Vygotsky (2007, 2009), os processos psicológicos superiores são constituídos nas relações mediadas pela cultura, também as formas de amar, cuidar e estabelecer vínculos são aprendidas socialmente. Amar, portanto, é uma experiência que se constrói na relação com o outro e com os significados culturalmente compartilhados sobre afeto, cuidado, reciprocidade e pertencimento.

Sob essa perspectiva, mulheres e homens não aprendem apenas a amar; aprendem também quais formas de amor são socialmente legitimadas, quais comportamentos são esperados em cada relação e quais renúncias passam a ser interpretadas como demonstrações de cuidado ou compromisso. A afetividade, portanto, constitui um importante espaço de produção de significados que participam da construção da subjetividade.

Chimamanda Ngozi Adichie (2017) amplia essa reflexão ao demonstrar que meninas e meninos são socializados de maneiras distintas desde a infância. Enquanto as meninas são frequentemente incentivadas a priorizar a aceitação, a delicadeza, o cuidado e a preservação dos vínculos, os meninos tendem a ser estimulados à autonomia, à competitividade e à autossuficiência. Essas expectativas, continuamente reforçadas pela família, pela escola, pelos meios de comunicação e pelas instituições sociais, influenciam diferentes formas de compreender o pertencimento, o amor e a própria identidade.

Nesse contexto, bell hooks (2021, p. 33) afirma que "*só o amor pode curar as feridas do passado*", deslocando a compreensão do amor do campo da idealização romântica para uma prática ética fundada no cuidado, no respeito, na responsabilidade, na confiança e no compromisso com o crescimento mútuo. O amor deixa de ser entendido como uma experiência marcada pela dependência

ou pela renúncia e passa a constituir uma possibilidade de desenvolvimento humano, favorecendo a autonomia e o reconhecimento recíproco.

Entretanto, as formas pelas quais mulheres e homens aprendem a compreender o amor são atravessadas pelas relações de gênero historicamente construídas. Em diferentes contextos culturais, ainda persistem expectativas que associam às mulheres a responsabilidade prioritária pelo cuidado da casa, da família e das relações afetivas, enquanto aos homens permanece frequentemente atribuída a função de principal provedor econômico. Embora essas configurações tenham se transformado significativamente nas últimas décadas, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística evidenciam que a distribuição das responsabilidades domésticas e do trabalho de cuidado continua marcada por importantes desigualdades: em 2022, as mulheres brasileiras dedicaram, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, contra 11,7 horas dedicadas pelos homens (IBGE, 2023).

Nesse sentido, Adichie (2017, p. 9) afirma que:

> O trabalho de cuidar da casa e dos filhos não deveria ter gênero, e o que devemos perguntar não é se uma mulher consegue 'dar conta de tudo', mas qual é a melhor maneira de apoiar o casal em suas duplas obrigações no emprego e no lar.

Essa reflexão evidencia que os papéis atribuídos ao feminino e ao masculino não decorrem de predisposições biológicas, mas de processos de aprendizagem social continuamente reproduzidos nas relações familiares, escolares e institucionais. Conforme sintetiza Simone de Beauvoir (2016), "*não se nasce mulher: torna-se mulher*". A feminilidade, assim como a masculinidade, constitui uma construção histórica produzida por discursos, práticas sociais e relações de poder que orientam comportamentos, afetos e expectativas.

Sob essa perspectiva, meninas e meninos internalizam, desde muito cedo, diferentes formas de interpretar o corpo, a sexualidade, o cuidado e a expressão emocional. Em muitos contextos, espera-se que meninas demonstrem sensibilidade, disponibilidade afetiva e dedicação ao outro, enquanto meninos são incentivados a valorizar autonomia, competitividade e virilidade. Essas aprendizagens tornam-se referências para a construção da identidade e influenciam profundamente a forma como ambos compreendem as relações afetivas.

Pierre Bourdieu (2012) denomina esse processo de *violência simbólica*, caracterizando-o como uma forma de dominação incorporada ao cotidiano e percebida como natural pelos próprios sujeitos. Trata-se de um mecanismo por meio do qual determinadas hierarquias e expectativas sociais passam a orientar comportamentos sem que sua origem histórica seja questionada. Nesse sentido, as

desigualdades de gênero são continuamente reproduzidas por práticas aparentemente espontâneas, mas sustentadas por processos culturais de longa duração.

A própria concepção contemporânea de amor também resulta dessas mediações históricas. Conforme analisa Eva Illouz (2011), o amor romântico consolidou-se na cultura ocidental a partir do amor cortês medieval, foi ressignificado pelo Romantismo europeu e, posteriormente, apropriado pela sociedade de consumo e pela indústria cultural. A valorização da completude afetiva, da idealização do parceiro e da realização individual passou a orientar expectativas que, muitas vezes, dificultam o reconhecimento de relações marcadas pelo controle, pela desigualdade e pela violência.

Essa problemática torna-se particularmente relevante diante dos elevados índices de violência contra as mulheres. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que, em 2025, o Brasil registrou 1.571 feminicídios, dos quais 79,8% dos casos de autoria identificada foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros íntimos da vítima (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2026), evidenciando que determinadas formas de controle e dominação ainda são frequentemente confundidas com manifestações de amor.

Dessa forma, a crítica ao modelo tradicional de amor romântico não representa uma negação da experiência amorosa, mas um convite à revisão dos significados historicamente atribuídos às relações afetivas. Compreender o amor como uma prática ética, fundada no cuidado, na reciprocidade, no respeito e na liberdade, amplia as possibilidades de construção de relações mais igualitárias e saudáveis.

Reconhecer que as formas de amar são historicamente construídas significa admitir que elas também podem ser transformadas. Sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, a subjetividade permanece aberta a novos processos de significação, possibilitando que mulheres e homens reconstruam suas formas de amar, pertencer e existir a partir de relações baseadas na autonomia, no reconhecimento mútuo e no desenvolvimento compartilhado.

5 AS MEDIAÇÕES AFETIVAS NA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA

Se Henri Wallon (1989) evidencia a afetividade como dimensão constitutiva do desenvolvimento humano, Lev S. Vygotsky (2009) amplia essa compreensão ao demonstrar que o desenvolvimento psicológico ocorre por meio das mediações sociais. Nessa perspectiva, nenhuma função psíquica superior se desenvolve de forma espontânea ou isolada; ela emerge nas relações estabelecidas entre os sujeitos, sendo posteriormente internalizada e reorganizada na experiência individual.

Como afirma Vygotsky (2009, p. 161),

> (...) todas as funções psíquicas superiores têm como traço comum o fato de serem processos mediatos (...), incorporando à sua estrutura o emprego de signos como meio fundamental de orientação e domínio dos processos psíquicos.

Essa concepção desloca a compreensão da subjetividade do campo exclusivamente individual para o campo das relações sociais. Os significados que organizam a experiência humana não são produzidos internamente pelo sujeito, mas construídos nas interações culturais, apropriados ao longo do desenvolvimento e continuamente ressignificados diante de novas experiências.

Silvia Lane (2012) aprofunda essa perspectiva ao compreender a subjetividade como uma produção histórico-social. Para a autora, indivíduo e sociedade constituem uma unidade dialética, na qual os sujeitos não apenas reproduzem a cultura, mas também a transformam. A subjetividade, portanto, não representa uma essência fixa ou exclusivamente individual, mas uma configuração dinâmica produzida nas condições concretas da existência humana.

Cabe destacar, contudo, que essa aproximação entre a Psicologia Histórico-Cultural e os Estudos Feministas não está isenta de tensões. Os fundadores da perspectiva histórico-cultural descrevem a mediação social e a apropriação cultural de forma relativamente geral, sem problematizar sistematicamente as relações de poder que atravessam a produção dos significados. Os Estudos Feministas, por sua vez, evidenciam que nem todos os significados disponíveis na cultura são igualmente acessíveis ou legítimos para todos os sujeitos: a mediação cultural também reproduz hierarquias de gênero, raça e classe. Essa tensão não invalida o diálogo entre os dois campos; ao contrário, indica a necessidade de qualificar o próprio conceito de mediação histórico-cultural à luz da interseccionalidade, reconhecendo que os processos de significação não ocorrem em condições simetricamente distribuídas entre os sujeitos.

Sob essa perspectiva, as relações afetivas podem ser compreendidas como importantes mediações da constituição subjetiva. É nelas que circulam discursos sobre feminilidade, maternidade, amor, sexualidade, cuidado, autonomia e pertencimento. Ao longo do desenvolvimento, esses significados são apropriados, interpretados, questionados e ressignificados pelas mulheres, participando da organização de sua identidade e da maneira como percebem a si mesmas e o mundo.

Entretanto, essa apropriação não ocorre de forma passiva. Conforme demonstra a Psicologia Histórico-Cultural, o sujeito participa ativamente da produção de sentidos. Cada experiência afetiva inaugura novas possibilidades de interpretação da realidade, reorganizando significados anteriormente constituídos. A subjetividade forma-se, portanto, em um movimento permanente de apropriação cultural, elaboração simbólica, tensionamento e ressignificação.

É nesse processo que a afetividade deixa de ser compreendida apenas como experiência emocional para assumir a condição de mediação histórico-cultural da subjetividade. Os encontros humanos não apenas despertam emoções, mas também oferecem novas possibilidades de reconhecimento de si. Ao reconhecer o outro como sujeito, ampliam-se também as possibilidades de compreender aspectos da própria existência que permaneciam invisíveis até então.

Sob essa perspectiva, propõe-se compreender a constituição da subjetividade feminina como um processo de permanente construção de si. As relações afetivas não determinam quem a mulher é, mas oferecem condições para que ela produza novos significados sobre sua própria experiência. O reconhecimento recebido nas relações pode favorecer a ampliação da autonomia, da autoestima e do sentimento de pertencimento, sem que isso implique a submissão da identidade às expectativas do outro.

Nesse movimento, torna-se possível pensar aquilo que este estudo denomina Ocupação de Si: um processo contínuo pelo qual a mulher diferencia os significados que produziu sobre si daqueles que foram historicamente impostos pelas relações sociais. Não se trata da construção de uma identidade definitiva, mas da ampliação progressiva da consciência sobre si mesma, permitindo reconhecer desejos, limites, potencialidades e contradições como dimensões constitutivas da própria subjetividade.

Essa formulação aproxima-se da distinção proposta por Vygotsky (2009) entre significado e sentido: enquanto o significado corresponde à dimensão estável e socialmente compartilhada de um conceito, o sentido refere-se à apropriação singular e afetivamente carregada que cada sujeito produz a partir de sua própria experiência, no encontro entre a palavra e sua história pessoal. É nesse intervalo entre o significado social e o sentido pessoal que se pode situar a Ocupação de Si: um movimento pelo qual a mulher não apenas reproduz os significados historicamente atribuídos à experiência feminina, mas produz sentidos próprios sobre eles, ainda que parcialmente condicionados pelas mesmas relações sociais que os originaram.

A Ocupação de Si constitui, portanto, um movimento permanente de apropriação da própria experiência, no qual pertencimento e autonomia deixam de representar dimensões opostas e passam a constituir processos complementares da existência humana. Quanto maior a possibilidade de produzir sentidos próprios acerca de sua trajetória, maiores também são as possibilidades de construir relações afetivas pautadas no reconhecimento recíproco e na liberdade.

6 O CORPO COMO ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÃO DA SUBJETIVIDADE FEMININA

Se as relações afetivas constituem importantes mediações da subjetividade, o corpo representa o primeiro território no qual essas experiências se materializam. Antes mesmo da aquisição da linguagem, é por meio do corpo que o sujeito estabelece suas primeiras relações com o mundo, experimentando sensações de cuidado, acolhimento, proteção, desconforto e prazer. Assim, o corpo não corresponde apenas a uma realidade biológica, mas ao primeiro espaço de produção de significados sobre si e sobre o outro.

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o corpo não pode ser compreendido isoladamente da cultura. Os significados atribuídos às suas transformações, às suas expressões e às suas possibilidades são produzidos nas relações sociais e apropriados pelos sujeitos ao longo do desenvolvimento. Dessa forma, a experiência corporal constitui um importante processo de mediação da subjetividade, uma vez que é atravessada por valores, normas, crenças e expectativas historicamente construídas.

Essa dimensão simbólica do corpo dialoga com a noção de habitus, proposta por Bourdieu (2012), segundo a qual as estruturas sociais se inscrevem no corpo sob a forma de disposições duradouras — posturas, gestos, formas de ocupar o espaço — incorporadas de maneira naturalizada, sem que sua origem histórica seja percebida como tal pelos próprios sujeitos. O corpo feminino, nessa perspectiva, não apenas recebe significados culturais de fora, mas os incorpora fisicamente, tornando-os parte constitutiva da experiência subjetiva e, muitas vezes, invisíveis como construção social.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Monika von Koss (2018), para quem o corpo feminino constitui um território de memória, identidade e produção de sentidos. Ao reconhecer os ciclos femininos como experiências existenciais dotadas de significado, a autora evidencia que o desenvolvimento da mulher ultrapassa a dimensão biológica, envolvendo processos afetivos, culturais e simbólicos que acompanham toda a trajetória de vida.

Como afirma von Koss (2018, p. 147):

> Quanto mais cedo na vida desfizermos a cisão entre as vivências corporal, emocional, racional e espiritual, reconhecendo a conexão íntima que existe entre esses diferentes modos de estar na vida, mais tranquilamente viveremos o climatério.

Embora desenvolvida em um campo distinto da Psicologia Histórico-Cultural, essa perspectiva dialoga com o conceito de mediação ao reconhecer que o corpo não possui significados universais ou naturais. Cada experiência corporal é interpretada à luz das relações sociais, da cultura e da história, tornando-se continuamente objeto de novas significações.

Desde o nascimento, o corpo feminino é nomeado, observado, cuidado, regulado e interpretado socialmente. Ainda na infância, meninas aprendem quais comportamentos são considerados adequados, quais expressões corporais são valorizadas e quais despertam censura. Assim, a relação estabelecida com o próprio corpo desenvolve-se simultaneamente à aprendizagem dos significados culturais atribuídos ao feminino, ao cuidado, à sexualidade e à aparência.

Essa compreensão dialoga diretamente com Simone de Beauvoir (2016), ao afirmar que a mulher não nasce pronta, mas torna-se mulher por meio das experiências sociais que atravessam sua existência. O corpo, portanto, deixa de representar apenas um dado biológico para constituir-se como espaço privilegiado de produção da identidade, onde se inscrevem expectativas sociais, relações de poder e experiências afetivas.

Na adolescência, esses processos tornam-se ainda mais intensos. A menarca, o desenvolvimento das mamas e as demais transformações da puberdade não representam apenas eventos fisiológicos; inauguram novas formas de significar o corpo feminino. O desejo, a sexualidade, a fertilidade e a autonomia passam a ser interpretados à luz de discursos culturais que influenciam profundamente a maneira como cada mulher percebe a si mesma.

Sob essa perspectiva, a menarca pode ser compreendida como uma importante mediação histórico-cultural. Muito além de marcar o início da capacidade reprodutiva, ela inaugura um novo lugar social para a menina, acompanhado por expectativas, normas e significados que participam da reorganização de sua subjetividade. As experiências vividas nesse período — acolhimento, silêncio, vergonha, celebração ou medo — tornam-se referências para a forma como a mulher passará a compreender seu próprio corpo ao longo da vida.

Nessa direção, o corpo constitui o primeiro lugar de pertencimento. Antes de pertencer a uma família, a um grupo social ou a uma relação afetiva, toda mulher habita um corpo que sente, percebe, sofre, deseja e produz significados. É nesse primeiro território que se iniciam as experiências de cuidado, reconhecimento, vergonha, prazer, autonomia e identidade.

Entretanto, esses significados não permanecem estáticos. Eles são continuamente reconstruídos pelas experiências afetivas, pelas relações familiares, pelas amizades, pelas vivências amorosas e pelas transformações sociais que acompanham o desenvolvimento humano. O corpo deixa, assim, de ser compreendido como simples suporte biológico para assumir a condição de espaço simbólico onde se materializam os processos de constituição da subjetividade feminina.

Desse modo, compreender o corpo como espaço de significação significa reconhecer que a subjetividade feminina não é produzida apenas nas ideias ou nos discursos, mas também na experiência

concreta de habitar um corpo continuamente interpretado, cuidado, regulado e ressignificado nas relações estabelecidas ao longo da vida.

7 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e análise conceitual. Conforme destaca Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita analisar criticamente conhecimentos já produzidos, estabelecendo novas articulações teóricas capazes de ampliar a compreensão dos fenômenos investigados.

A investigação fundamenta-se nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Social Crítica e dos Estudos Feministas, compreendendo a subjetividade feminina como um processo histórico, relacional e culturalmente mediado. Nessa perspectiva, busca-se analisar como a afetividade participa da produção de significados relacionados ao corpo, ao pertencimento, ao cuidado, ao amor e às relações de gênero ao longo do desenvolvimento humano.

O corpus teórico é constituído pelas contribuições de Lev S. Vygotsky, Henri Wallon, Silvia Lane, bell hooks, Chimamanda Ngozi Adichie, Hélène Cixous, Audre Lorde, Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, Eva Illouz e Monika von Koss, cujas obras possibilitam estabelecer um diálogo interdisciplinar entre Psicologia, Estudos Feministas e Ciências Humanas.

A análise foi conduzida por meio da interpretação crítica dos referenciais selecionados, buscando identificar aproximações, complementaridades e tensões entre as diferentes perspectivas teóricas. Em vez de comparar autores de forma isolada, procurou-se compreender como seus conceitos convergem para explicar a afetividade como uma mediação histórico-cultural da constituição da subjetividade feminina.

Como princípio analítico transversal, adotou-se a perspectiva da interseccionalidade, reconhecendo que gênero, raça, classe social, geração, sexualidade e demais marcadores sociais atravessam a produção de significados acerca do corpo, do cuidado, do pertencimento e das relações afetivas. Essa abordagem permite compreender que a experiência feminina não é homogênea, mas produzida em diferentes contextos históricos, culturais e sociais.

Por tratar-se de um estudo teórico, não houve coleta de dados empíricos envolvendo participantes humanos, concentrando-se a investigação na análise crítica da literatura especializada e na construção de uma síntese interpretativa capaz de articular diferentes referenciais em torno da hipótese central deste estudo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo permitiram compreender que a subjetividade feminina não constitui uma condição natural nem um atributo exclusivamente individual, mas um processo histórico, relacional e culturalmente mediado. À luz da Psicologia Histórico-Cultural, da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Social Crítica e dos Estudos Feministas, evidenciou-se que os significados atribuídos ao corpo, ao cuidado, ao amor, ao pertencimento e à autonomia são produzidos nas interações sociais, apropriados pelas mulheres e continuamente ressignificados ao longo de sua trajetória de desenvolvimento.

A análise dos referenciais teóricos demonstrou que a afetividade ultrapassa a condição de experiência emocional para assumir a função de importante mediação na constituição da subjetividade. As relações estabelecidas na família, nas amizades, nos vínculos amorosos e nos diferentes espaços de convivência participam da produção de sentidos sobre quem a mulher é, sobre como percebe seu corpo, seus afetos e seu lugar no mundo. Dessa forma, compreender a subjetividade feminina exige reconhecer que ela se constitui na articulação permanente entre experiência individual, cultura, linguagem e relações sociais.

O estudo também evidenciou que o corpo ocupa lugar central nesse processo. Mais do que uma realidade biológica, ele constitui o primeiro território de pertencimento e o espaço onde se inscrevem as primeiras experiências de cuidado, reconhecimento, vergonha, prazer, autonomia e identidade. Desde a infância, os significados atribuídos ao corpo feminino são produzidos socialmente e influenciam a maneira como cada mulher aprende a compreender a si mesma. Reconhecer essa dimensão simbólica do corpo amplia as possibilidades de compreender a constituição da subjetividade para além das explicações exclusivamente biológicas ou individualizantes.

Ao longo do percurso teórico desenvolvido neste artigo, tornou-se possível compreender que a constituição da subjetividade feminina envolve um movimento contínuo de produção, apropriação e ressignificação de significados. Nesse contexto, propõe-se compreender esse processo como uma Ocupação de Si: um movimento permanente pelo qual a mulher diferencia os significados historicamente produzidos sobre sua existência daqueles que constrói a partir de suas próprias experiências, relações e processos de reflexão. Longe de representar uma identidade fixa ou definitiva, a Ocupação de Si corresponde à ampliação progressiva da autonomia, do reconhecimento de si e da capacidade de produzir sentidos próprios sobre sua trajetória.

A principal contribuição deste estudo consiste, portanto, em compreender a afetividade como uma mediação histórico-cultural da constituição da subjetividade feminina, articulando diferentes experiências de pertencimento ao longo do desenvolvimento humano. Ao aproximar a Psicologia

Histórico-Cultural dos Estudos Feministas, buscou-se demonstrar que amar, pertencer e existir constituem processos inseparáveis na produção da experiência feminina, uma vez que o desenvolvimento humano ocorre sempre em relação com o outro e com os significados produzidos na cultura.

Por fim, espera-se que as reflexões aqui apresentadas contribuam para ampliar o diálogo entre a Psicologia, os Estudos Feministas e as Ciências Humanas, incentivando novas investigações acerca dos processos de significação que constituem a experiência das mulheres em diferentes contextos históricos, sociais e culturais. Da mesma forma, espera-se que este estudo possa subsidiar práticas profissionais voltadas à promoção da saúde mental, da autonomia e do fortalecimento de relações afetivas baseadas no reconhecimento, no cuidado e na reciprocidade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2 v. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. ***A dominação masculina***. Tradução de Maria Helena Souza Patto. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CIXOUS, Hélène. **O riso da Medusa**. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). *Escritos de Hélène Cixous*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026**. 20. ed. São Paulo: FBSP, 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LANE, Silvia T. M. **O que é Psicologia Social**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

WALLON, H. ***Do ato ao pensamento*: ensaio de psicologia comparada.** Petrópolis: Vozes, 2008.

VON KOSS, Monica. **Sabedoria do Feminino: os ciclos da mulher e seus ritos de passagem**. São Paulo: Triom, 2018.